

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

|   |   |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>                  | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>                          |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>              | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>             |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>               | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>                   |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>           | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>                        |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>                        |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>                | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>         |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>                   | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>             |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>                   | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>                     |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>     | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>                       |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>        | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>                  |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>               | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>                        |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>            | Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>           |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>            | Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>                  |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>               | Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>              |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>    | Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>       |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>               | Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>           |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>       | Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>     | Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>                       |
| Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>            |   |

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3357-2449** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº e-1289/2023 - PGJ, DE 26.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniela Cristina Guiotti 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9 a 10.10.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1320/2023 - PGJ, DE 26.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniel Pivaro Stadniky 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 10.10 a 8.11.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1321/2023 - PGJ, DE 26.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9.10 a 7.11.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5081/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 2 a 31.10.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00009096-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 5080/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 13.9 a 12.10.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00009061-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1322/2023 - PGJ, DE 26.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Martins Zaupa 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 29.9.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1323/2023 - PGJ, DE 26.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Martins Zaupa 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 2 a 3.10.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1207/2023/PGJ, DE 25.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Mayara Santos de Sousa, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO       | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|---------------|------------|---------------------|
| 2023/2024          | 10                 | 8 a 17.1.2024 | ABONO      | NÃO                 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1208/2023-PGJ, DE 25.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniela Cristina Guiotti, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO         | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|-----------------|------------|---------------------|
| 2023/2024          | 10                 | 21.2 a 1.3.2024 | ABONO      | NÃO                 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5073/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 21.8 a 19.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00009026-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5071/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston 13 (treze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 13.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008811-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5070/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz 27 (vinte e sete) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 25.8 a 20.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008778-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1348/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça João Albino Cardoso Filho, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO       | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|---------------|------------|---------------------|
| 2023/2024          | 10                 | 8 a 17.1.2024 | ABONO      | NÃO                 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1345/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Simone Almada Goes, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO       | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|---------------|------------|---------------------|
| 2022/2023          | 10                 | 8 a 17.1.2024 | ABONO      | NÃO                 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1346/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009- PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO         | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|-----------------|------------|---------------------|
| 2023/2024          | 15                 | 22.1 a 5.2.2024 | GOZO       | SIM                 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-1354/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Paulo Roberto Martins Cavallari, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 1 a 10.4.2024 e de 15 a 24.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1355/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Lais Michels Fonseca, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 22 a 31.7.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1356/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 29.1 a 7.2.2024 e de 27.8 a 5.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1357/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Giselle Machado Costa Fasolo, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.6.2024 e de 2 a 11.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1358/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-308/2023-PGJ, de 27.3.2023, que concedeu férias ao servidor Ottoni Sa Leal de Figueiredo, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 3 a 12.6.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.1.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1359/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-908/2023-PGJ, de 2.8.2023, que concedeu férias ao servidor Elpidio Junior Das Neves Lima, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 1 a 10.11.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 22 a 31.1.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1360/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Giovanna Bergamo Gomes Morelli, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.7.2024 e de 30.9 a 9.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-1361/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Paulo Jorge Alves Praca, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 27.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 28.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1362/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-129/2023-PGJ, de 31.1.2023, que concedeu férias ao servidor Thyago Gonçalves Vieira, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 18 a 27.9.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 16 a 25.10.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 4/2023-CPJ, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023.**

*Altera a Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, que fixa as atribuições das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para o fim de adequar as atribuições da 33ª e 46ª Promotorias de Justiça de Campo Grande.*

**O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso XVI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO a necessidade de divisão equânime das atribuições das Promotorias de Justiça, com o intuito de tornar mais eficientes, céleres e harmônicos os serviços institucionais;

CONSIDERANDO a decisão exarada nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010187-1,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** As alíneas “a” e “h” do inciso III e a alínea “a” do inciso IV do art. 8º da Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:





“Art. 8 (...)

(...)

III – (...)

a) oficiar nos feitos oriundos da Vara da Infância, da Adolescência e do Idoso, de natureza cível (ações relativas ao poder familiar: destituição, suspensão e restituição; adoção nacional e internacional; medidas de proteção; pedidos de providências; procedimento especial de menor; habilitação para adoção; guarda; tutela; ação de execução e cumprimento de sentença; alvará judicial; suprimimento judicial; autorização de viagem nacional e internacional; cartas precatórias; ações cautelares; busca e apreensão de menores e alimentos, todos em casos especiais etc.), com exceção dos processos que envolvam educação e saúde de crianças e adolescentes (interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos);

(...)

h) promover os procedimentos relacionados à infração administrativa constante do art. 249 do ECA;

(...)

IV – (...)

a) atuar na proteção e defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos da criança e do adolescente no âmbito cível, bem como em todos os processos em trâmite na Vara da Infância, da Adolescência e do Idoso que envolvam a educação e a saúde da criança e do adolescente;” (NR)

**Art. 2º** O inciso IV do art. 8º da Resolução nº 18/2010-PGJ passa a vigorar acrescido da alínea “h”, com a seguinte redação:

“Art. 8 (...)

(...)

IV – (...)

(...)

g) (...);

h) promover os procedimentos relacionados às infrações administrativas constantes dos arts. 245 e seguintes do ECA, com exceção da infração administrativa prevista no art. 249 do ECA.” (NR)

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 26 de outubro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 80/2023/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, inciso I do art. 63, e com fundamento no disposto no art. 72, arts. 231 e 231-A, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, **aos Promotores de Justiça de entrância especial** que, dentro do prazo de **TRÊS DIAS**, a contar desta publicação (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **remoção pelo critério de antiguidade para a 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá, entrância especial**. Não havendo candidatos de entrância especial inscritos para a remoção, serão apreciados os pedidos dos candidatos de entrância final.

Deste modo, comunica, aos Promotores de Justiça de **entrância final de Corumbá, Três Lagoas e Dourados** que, no mesmo prazo de **TRÊS DIAS**, a contar desta publicação (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **remoção pelo critério de antiguidade** para a referida comarca.

Campo Grande, 27 de outubro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 067/2023/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

**1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000029-5** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul - Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Dourados - Assunto: Apurar indícios de superfaturamentos em processos licitatórios apontados no Relatório n. 2.151/2015 da Visita Técnica n. 654, da Coordenadoria Estadual de Controle, Avaliação e Auditoria. **2) Inquérito Civil nº 06.2016.00000851-0** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: José Fernando da Silva - Requerido: C.T.U - Conveniência e Tabacaria Universitária - Assunto: Apurar a regularidade urbanística e ambiental do empreendimento denominado C.T.U - Conveniência e Tabacaria Universitária, em Dourados/MS. **3) Inquérito Civil nº 06.2016.00000933-1** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Vicente Palotti do Nascimento Filho - Requerido: Amarildo Gimenez de Oliveira, Luiz Tadeu Barbosa Silva e Município de Dourados - Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade ambiental na Fazenda Vitória, consistente em processo erosivo identificado em dreno principal executado na propriedade, o qual encontra-se danificado, com desmoronamento de suas paredes e formação incipiente de uma voçoroca, carreando solo para o Córrego Vitória. **4) Inquérito Civil nº 06.2017.00002174-0 – SIGILOSO** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000572-1** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Bonito - Assunto: Apurar irregularidades decorrentes do número insuficiente de vagas disponíveis nos Centros de Educação Infantil do município de Bonito/MS. **6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001874-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Fernando Guimarães Honório - Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da falta de estruturas construídas para conter a enxurrada, assim como possível degradação da Área de Preservação Permanente, e regularização jurídico-ambiental da propriedade localizada no Bairro Chácara Recreio Brilhante, Bloco 02, denominada Fazenda Sementinha, propriedade de Fernando Guimarães Honório. **7) Inquérito Civil nº 06.2018.00001998-1** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido:



Município de Dourados - Assunto: Apurar possível improbidade administrativa em decorrência do quantitativo de funcionários contratados pela Prefeitura Municipal, nos termos do IC 34/2013/PJPPS/DD. **8) Inquérito Civil nº 06.2018.00002268-6** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Cássio de Brito, Kelvin Peixoto, Landmark Ferreira Rios, Roberto Alexandre Costa da Cunha e outros - Assunto: Apurar notícia indicativa de fraude na execução do contrato decorrente do pregão presencial 076/2017, do Município de Dourados que teve por objeto a contratação de empresa sem fins lucrativos, para prestação de serviços de aprendizagem cultural, desenvolvidas através de oficinas específicas, objetivando atender a Secretaria Municipal de Assistência Social. **9) Inquérito Civil nº 06.2019.00000330-5** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: João Vítor Souza Almeida de Oliveira - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Assunto: Apurar o estado de conservação dos viadutos da Av. Ceará com a Av. Afonso Pena (Viaduto Senador Itálio Coelho); da Av. Ceará com a Av. Ricardo Brandão (Viaduto Pedro Chaves dos Santos); da Rua Trindade com a Av. Costa e Silva, na região da UFMS; Rua Salgado Filho com a Av. Ernesto Geisel (Viaduto Brigadeiro-do-ar José Hélio Macedo Carvalho); da Av. Mascarenhas de Moraes com a Av. Ernesto Geisel (Viaduto Dib Jorge Abussafi); da Av. Fábio Trad com a Av. Fernando Corrêa da Costa (Viaduto Naim Dibo); e, da ponte situada na Av. Manoel da Costa Lima, no Bairro Guanandi, entre as vias da Av. Ernesto Geisel. **10) Inquérito Civil nº 06.2019.00000638-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Lucio Stabile - Assunto: Apurar suposta prática de dano ambiental ocorrido na propriedade rural denominada Maria Lucia, pertencente a Lucio Stabile. **11) Inquérito Civil nº 06.2019.00000882-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Bataguassu-MS - Requerido: Orlando Cardoso - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental, consistente em intervenções em uma área de preservação permanente referente ao AI n. 20918, consistente na reforma de um trapiche, com comprimento aproximado de 55.5 metros e largura aproximada de 0,9 m, na margem direita do Rio Pardo, em processo de substituição por concreto/alvenaria por meio de colunas de cano PVC com treliças de ferro já instaladas ao longo da obra, na propriedade rural denominada Rancho do Sossego, localizada nesta cidade e Comarca de Bataguassu/MS Orlando Cardoso, em desacordo com a legislação vigente. **12) Inquérito Civil nº 06.2020.00000122-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Silvio Rosa da Silva - Assunto: Apurar o desmatamento de 87,39 hectares de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, na propriedade rural "Fazenda Santa Amélia" (CAR/MS n.º 7.706) (Fazenda Villa Nostra), de propriedade de Silvio Rosa da Silva, no município de Bonito/MS, sem autorização de autoridade ambiental competente, conforme Parecer n.º 123/19/CEIPPAM. – Advogado: Luiz Eduardo de Sant'Ana Custódio – OAB/SP nº 252.338. **13) Inquérito Civil nº 06.2020.00000618-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Claudemir Corral Delatin - Assunto: Apurar desmatamento de 8,18 hectares em área de fitofisionomias Savana Florestada, na Fazenda Santo André, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 195/20/NUGeo (Programa DNA Ambiental). **14) Inquérito Civil nº 06.2020.00000979-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Rubens da Silva Ferreira - Assunto: Apurar eventual supressão vegetal de 4,88 hectares, ocorrida entre 23/09/14 e 13/01/15, no imóvel rural denominado Chácara Gavião, de propriedade de Rubens da Silva Ferreira, conforme o Parecer n.º 245/17/Nugeo, da Operação Cervo-do-Pantanal (2013-2015). **15) Inquérito Civil nº 06.2020.00001336-9** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Carlos Tranquilo Bonatto - Assunto: Apurar eventual degradação ambiental da Área de Preservação Permanente no Lote 45, na Quadra T/RUA, localizado na Rua Naviraí, Bairro Autonomista, de propriedade de Carlos Tranquilo Bonatto, assim como a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes. **16) Inquérito Civil nº 06.2021.00000582-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Giuliane Pereira Barbosa Monteiro - Assunto: Apurar a construção irregular em área de preservação permanente do Córrego Bonito, conforme auto de infração n. 6711 feito pela Polícia Militar Ambiental. **17) Inquérito Civil nº 06.2021.00000828-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ezequiel Braga - Assunto: Analisar o relatório n. 039/2020 do NUGEO, que informa suposto desmatamento de vegetação nativa na Propriedade 3 Irmãos, sem a devida autorização legal. **18) Inquérito Civil nº 06.2021.00001166-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS - Requerido: Armando Moraes de Souza - Assunto: Apurar desmatamento de 6,88 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Santa Rosa, em Figueirão-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n.º 595/19/ NUGEO, ocorrido entre 18/07/2016 e 16/09/2016. – Advogada: Janaina Bonomini Pickler – OAB/MS nº 13.137. **19) Inquérito Civil nº 06.2021.00001238-5 – SIGILOSO** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes. **20) Inquérito Civil nº 06.2021.00001319-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí -



Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS - Requerido: Carlos Cezar Botíni, Raul Botini Neto - Assunto: Apurar desmatamento de 0,33 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Fazenda São Domingos, em Naviraí, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 198/21/NUGEO. **21) Inquérito Civil nº 06.2022.00000024-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Abílio Rodrigues da Costa - Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 2,07 hectares em área de Preservação Permanente, na Fazenda Bela Vista II, em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 379/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental). – **Advogado: Vinícius Camargo Ottoni – OAB/MS nº 17.962.** **22) Inquérito Civil nº 06.2022.00000033-8** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara - Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS - Requerida: Lídia Regina Massi Sêrio - Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 6,25 hectares em área de remanescente vegetação nativa, na Fazenda Tangará, em Água Clara, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 328/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **23) Inquérito Civil nº 06.2022.00000259-1** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS - Requeridas: Ellen Lyz Trochmann Portugal, Erika May Trochmann, Rose May Donson Trochmann e Trochmann & Trochmann Ltda - ME - Assunto: Apurar a regularidade do imóvel rural denominado Fazenda Santa Therezinha, matrícula 3.916 - CRI 1ª Circunscrição, e a recomposição do dano ambiental causado em 0,97 hectares de Reserva Legal decorrente desmatamento ocorrido na referida propriedade localizada em Campo Grande/MS, com área total de 400 hectares e inscrita no CARMS n. 0026753. **24) Inquérito Civil nº 06.2022.00000288-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS - Requeridos: Gilson de Oliveira Carvalho, Heloisa Ricciardi Salessi Carvalho e Luiz Antonio Ricciardi Salessi - Assunto: Apurar a supressão de 5,35 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Brioso, em Três Lagoas-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 261/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **25) Inquérito Civil nº 06.2022.00000546-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marcelo Cantizani Azambuja - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,55 hectares em área Remanescente de Vegetação Nativa, na Fazenda Coxilha e Figueirinha, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 174/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **26) Inquérito Civil nº 06.2022.00000626-5** - 1ª Promotoria de Justiça Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: J. S. P - Assunto: Apurar possíveis atos de assédio moral e/ou sexual no âmbito da Prefeitura Municipal de Nova Andradina praticados, em tese, por J. S. P. – **Advogado: Antonio Carlos Nascimento - OAB/MS nº 12.566.** **27) Inquérito Civil nº 06.2022.00000685-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rafael Luiz Braga - Assunto: Adotar providências ante o recebimento do Auto de Infração n. 009839/2022, que constada infração ambiental em Parte da Fazenda Rio Formoso (CARMS0078977). **28) Inquérito Civil nº 06.2022.00000689-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rogério Soares da Silva - Assunto: Adotar providências ante o recebimento do Auto de Infração n. 4793, relativo a transporte de produto de origem vegetal por Rogério Soares da Silva. **29) Inquérito Civil nº 06.2022.00000691-0** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS - Requerido: Agropecuária Água Emendada Ltda., Décio Vieira de Rezende, Iracy Menezes de Rezende e José Elnicio Moreira de Souza - Assunto: Apurar o suposto desmatamento ilegal de 1,39 hectares no imóvel rural Fazenda Salto e Santa Rosa Gleba 2 (CARMS0068449). **30) Inquérito Civil nº 06.2022.00000730-9** - 32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: 32ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública - Requerido: SESAU - Assunto: Apuração de eventuais irregularidades na transferência de paciente particular/convênio, para realização de cirurgia de alta complexidade pelo SUS sem custo à rede privada, praticadas pelo Hospital Santa Casa. **31) Inquérito Civil nº 06.2022.00000739-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS - Requerido: Carlos Eduardo de Assis Toyota, Eder Luiz de Assis Toyota, Jovelino Yasuo Toyota - Assunto: Apurar desmatamento de 2,07 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida do Paxixi, em Miranda, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 47/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **32) Inquérito Civil nº 06.2022.00000982-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Antônio Domingos da Silva Neto - Assunto: Apurar possível criação de animal silvestre de espécime exótico (Javali), no Lote 19 do Assentamento Palmeiras, de propriedade de Antônio Domingos da Silva Neto. **33) Inquérito Civil nº 06.2022.00000995-1** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Claro S/A - Assunto: Apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses coletivos e colher subsídios para atuação do Ministério Público na Ação Civil Pública nº 0837892-28.2022.8.12.0001 (MP nº 08.2022.00144575-3), ajuizada pela





ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE MATO GROSSO DO SUL- ADECON- MS, com relação a Requerida CLARO S/A. – **Advogado: Daniel Grandesso dos Santos – OAB/SP nº 195.303. 34) Inquérito Civil nº 06.2022.00000996-2** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Telefônica Brasil S.A - Assunto: Apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses coletivos e colher subsídios para atuação do Ministério Público na Ação Civil Pública nº 0837892-28.2022.8.12.0001 (MP nº 08.2022.00144575-3), ajuizada pela ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE MATO GROSSO DO SUL- ADECON- MS, com relação a Requerida VIVO S/A. **Advogados: Daniel Willian Granado – OAB/SP nº 271.203 e Camila Benatti Teixeira – OAB/SP nº 260.319. 35) Inquérito Civil nº 06.2022.00000997-3** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Tim Brasil Serviços e Participações S.A - Assunto: Apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses coletivos e colher subsídios para atuação do Ministério Público na Ação Civil Pública nº 0837892-28.2022.8.12.0001 (MP nº 08.2022.00144575-3), ajuizada pela ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE MATO GROSSO DO SUL- ADECON- MS, com relação a Requerida TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A. **Advogados: Cristiano Carlos Kozan – OAB/SP nº 183.335, Raphael Burleigh de Medeiros – OAB/SP nº 257.968 e Luisa Opice – OAB/SP nº 434.077. 36) Inquérito Civil nº 06.2022.00000998-4** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Oi S.A. - Assunto: Apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses coletivos e colher subsídios para atuação do Ministério Público na Ação Civil Pública nº 0837892-28.2022.8.12.0001 (MP nº 08.2022.00144575-3), ajuizada pela ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE MATO GROSSO DO SUL- ADECON- MS, com relação a Requerida OI S/A. **Advogada: Adriana Astuto Pereira – OAB/RJ nº 80.696. 37) Inquérito Civil nº 06.2023.00000025-3** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Ewerton Araújo de Oliveira - Assunto: Apurar a poluição sonora produzida pelo empreendimento denominado razão social Ewerton Araújo de Oliveira, nome fantasia Quintal do Samba, CNPJ nº 38.947.363/0001-01, com endereço na Rua Santa Doroteia, 358, Vila Carvalho, em Campo Grande-MS, havendo indícios de estar instalado e operando sem licença ou autorização ambiental ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes. **38) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000308-3 – SIGILOSO** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **39) Inquérito Civil nº 06.2023.00000470-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: 3ª CIA/Batalhão de Polícia Militar Ambiental/CPE - Requerido: Antônio Sidoni Júnior - Assunto: Apurar desmatamento de vegetação nativa com extensão de 1,28 ha, em Área de Preservação Permanente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental Nº 019/3ª CIA/BPMA/2022. **40) Inquérito Civil nº 06.2023.00000512-6** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque - Requerido: Jaime Pedro Gomes - Assunto: Apurar a supressão vegetal de 10 hectares, no Assentamento Palmeira - Lote 104, em Nioaque - MS, sem a autorização do órgão competente, conforme o Auto de Infração nº. 011777/2023 e Manifestação Técnica IMASUL Nº 10/2023. **41) Inquérito Civil nº 06.2023.00000555-9** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ângela Marta Nantes Vieira - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar o adequado exercício do poder de polícia administrativo pelo Município em relação a possível descumprimento da legislação ambiental, decorrente da prática de poluição sonora e demais algazaras no exercício de sua atividade pelo empreendimento "Bar do Zé". **42) Inquérito Civil nº 06.2023.00000644-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Gustavo Floresani Jorge - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de provocar queima ao ar livre de vegetação rasteira (capim) e de galhadas de árvores sob rede de energia no Projeto Paraíso, lote nº 20, nesta urbe. **43) Inquérito Civil nº 06.2023.00000656-9 – SIGILOSO** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó. **44) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000707-9 – SIGILOSO** - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas. **45) Inquérito Civil nº 06.2023.00001066-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível dano ambiental em decorrência de lava jato sem alvará de funcionamento e descarte incorreto de produtos químicos, além de abandono de veículos, localizado na Rua Elvírio Mário Mancini, nº 1797.

Campo Grande, 27 de outubro de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS****I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPE/MS), por intermédio da Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito e Presidente da Comissão Permanente do I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, constituída pela **Portaria nº 2.636/2022-PGJ, de 2.6.2022** publicada no DOMP-MS nº 2.682, p.2, de 7.2.2022, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do **I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul**, objeto do **EDITAL Nº 1/2023-IPSER-MPMS**, publicado no DOMP-MS nº 2.912, de 7 de junho de 2023 (PGA 09.2023.00003787-3).

Campo Grande, MS, 27 de outubro de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Presidente da Comissão

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001875-4

Notificado: **Anderson Escalante Gama**.

**Anderson Escalante Gama**, pessoa física, inscrita no CPF nº 05X.XXX.XXX-X9, CNH n.º 06XXXXXXXX78 DETRAN/MS, residente e domiciliado na rua Laudemiro Pires da Silva, nº 194, Bairro Capitão Vigário II, Caarapó/MS, CEP 79,xxx-X00, fica notificado da aplicação da sanção de advertência com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei nº 8.666/93, bem como da rescisão unilateral da Carta-Contrato nº 091/PGJ/2023, nos termos do subitem 7.1.1, Cláusula Sétima do instrumento contratual c/c art. 78,II, da Lei nº 8.666/93 decorrente da inexecução contratual. O contratado poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis nos termos do artigo 109, inciso I, alínea “f”, §§ 1º e 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Decorrido o prazo sem a apresentação do recurso, haverá coisa julgada administrativa. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-5596, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.



## EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001879-8

Notificada: **Anderson Escalante Gama**.

**Anderson Escalante Gama**, pessoa física, inscrita no CPF nº 059.XXX.XXX-09, CNH n.º 06XXXXXXXX78 DETRAN/MS, residente e domiciliado na rua Laudemiro Pires da Silva, nº 194, Bairro Capitão Vigário II, Caarapó/MS, CEP 79,xxx-X00, fica notificado da aplicação da sanção de advertência com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei nº 8.666/93, bem como da rescisão unilateral da Carta-Contrato n.º 092/PGJ/2023, nos termos do subitem 7.1.1, Cláusula Sétima do instrumento contratual c/c art. 78,II, da Lei n.º 8.666/93 decorrente da inexecução contratual. O contratado poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis nos termos do artigo 109, inciso I, alínea “f”, §§ 1º e 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Decorrido o prazo sem a apresentação do recurso, haverá coisa julgada administrativa. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-5596, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

#### CAMPO GRANDE

#### EDITAL Nº 001/2023/GEDUC/CGR

O Grupo de Atuação Especial de Educação – GEDUC torna público a instauração do Procedimento de Gestão Administrativa abaixo descrito, que está à disposição na Av. Desembargador José Nunes da Cunha, nº 214, Jardim Veraneio, nesta Capital.

Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00011396-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Municípios do Estado de MS.

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a adesão dos 15 (quinze) municípios do Estado de Mato Grosso do Sul ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica – MP nº 1.174/2023, bem como a execução de obras paralisadas e inacabadas em unidades de educação básica.

Campo Grande/MS, 26 de outubro de 2023.

VERA APARECIDA CARDOSO BOGALHO FROST VIEIRA

Coordenadora-Adjunta do Grupo de Atuação Especial à Educação.



**EDITAL Nº 0044/2023/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000732-4

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS

Requerido: A Apurar

Objeto(s): Apurar eventuais danos ambientais na área de preservação permanente da nascente P10-SEG, objeto do parecer Água para o Futuro nº 093/2022.

Campo Grande, 27 de outubro de 2023

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

**PEDRO GOMES**

---

**EDITAL Nº 0015/2023/PJ/PDG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001021-8, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001021-8

Requerente: Jesiene Domiciano Pereira Vargas

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível cumulação irregular de funções por servidora da Câmara Municipal de Pedro Gomes/MS.

Pedro Gomes/MS, 26 de outubro de 2023.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça em Substituição Legal



---

**RIO BRILHANTE**

---

**EDITAL**

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS torna pública a instauração de inquérito civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante/MS, bem como pode ser acessado no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001033-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Rosemari Soares de Andrade.

Assunto: apurar a ilegalidade relacionada à contratação de Rosemari Soares de Andrade para exercício de função pública em inobservância ao decidido na Ação de Improbidade Administrativa nº 0801251-91.2016.8.12.0020.

Rio Brilhante, 19 de outubro de 2023.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

**EDITAL**

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS torna pública a instauração de inquérito civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante/MS, bem como pode ser acessado no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001057-3.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Henrique Ceolin.

Assunto: apurar o dano ambiental causado pelo depósito a céu aberto de embalagens vazias de agrotóxico na Fazenda Eureka, neste município de Rio Brilhante/MS.

Rio Brilhante, 19 de outubro de 2023.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

---

**TERENOS**

---

**EDITAL Nº 0024/2023/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2023.00001163-9.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar possível irregularidade ambiental consistente na aplicação de agrotóxicos sem a observância das normas ambientais.

Terenos/MS, 24 de outubro de 2023.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça



---

**TRÊS LAGOAS**

---

**EDITAL N° 06.2023.00001229-3**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvino Mário Mancini, nº 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001229-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rodrigo Caetano Galera

Assunto: “Apurar possível dano ambiental decorrente de permitir a presença de semoventes (bovinos) em 1 ha (um hectare) de Área de Preservação Permanente e 21 ha (vinte e um hectares) de Área de Reserva Legal, o que passou a ocasionar o carreamento do solo e princípio de erosão e a impedir o crescimento de espécimes nativas, não fazendo somente controle de gramíneas, mas impactando todo o ambiente.”

Três Lagoas, 26 de outubro de 2023.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça